REVISTA INTERDISCIPLINAR R I E T EDUCAÇÃO E TERRITORIALIDADE

Atores e Políticas Públicas: dificuldades e estratégias na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Remígio – PB

Actors and Public Policies: difficulties and strategies in the execution of the National School Feeding Program (PNAE) in Remígio – PB

Actores y Políticas Públicas: dificultades y estrategias en la ejecución del Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE) en Remígio – PB

Rosana Fernandes de Oliveira Frutuoso
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
Campina Grande, Brasil
E-mail: frutuosorosana@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-4055-9258

Resumo: Esse artigo analisa a execução da Lei 11.947/2009 no município de Remígio – PB no ano de 2017, bem como a participação dos atores envolvidos no processo das compras institucionais. A metodologia adotada foi de estudo de caso, no acompanhamento da primeira Chamada Pública para identificar as dificuldades e entender quais as estratégias definidas pelos atores sociais, identificados como "atores hábeis". Os resultados mostraram que, a criação da Casa da Merenda foi um importante passo para sanar o problema de estoque de alimentos, além disso, a participação das mulheres no PNAE demonstrou que através de uma construção coletiva elas puderam alcançar novos espaços de venda de seus produtos, permitindo a busca por autonomia. No entanto, observou-se que, embora os atores tenham criado estratégias para melhorar o funcionamento do PNAE, elas não foram suficientes para resolver questões burocráticas, estruturais, organizacionais devido à própria complexidade do Programa.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Alimentação Escolar; PNAE, Compras Institucionais.

Abstract: This article analyzes the execution of Law 11.947/2009 in the municipality of Remígio - PB in 2017, as well as the participation of the actors involved in the process of institutional purchases. The methodology adopted was a case study, following the first Public Call to identify the difficulties and understand the strategies defined by the social actors, identified as "skilled actors". The results showed that the creation of Casa da Merenda was an important step to solve the food stock problem, in addition, the participation of women in the PNAE demonstrated that through a collective construction they were able to reach new spaces for the sale of their products. , allowing the search for autonomy. However, it was observed that, although the actors

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

had created strategies to improve the functioning of the PNAE, they were not enough to resolve bureaucratic, structural, organizational issues due to the very complexity of the Program.
Keywords: Family Farming; School Feeding; PNAE, Institutional Purchasing.

Resumen: Este artículo analiza la ejecución de la Ley 11.947/2009 en el municipio de Remígio - PB en el año 2017, así como la participación de los actores involucrados en el proceso de las compras institucionales. La metodología adoptada fue de estudio de caso, en el seguimiento de la primera Llamada Pública para identificar las dificultades y entender cuáles son las estrategias definidas por los actores sociales, identificados como "actores hábiles". Los resultados mostraron que, la creación de la Casa da Merenda fue un importante paso para sanar el problema de stock de alimentos, además, la participación de las mujeres en el PNAE demostró que a través de una construcción colectiva ellas pudieron alcanzar nuevos espacios de venta de sus productos, permitiendo la búsqueda de autonomía. Sin embargo, se observó que, aunque los actores crearon estrategias para mejorar el funcionamiento del PNAE, éstas no fueron suficientes para resolver cuestiones burocráticas, estructurales, organizacionales debido a la propia complejidad del Programa.
Palabras Clave: Agricultura Familiar; Alimentación Escolar; PNAE, Compras Institucionales.

Data de recebimento: 05/01/2022
Data de aprovação: 30/04/2023
DOI: /10.30612/riet.v3i1.15369

Introdução

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE é considerado o maior programa de alimentação escolar do mundo e o único aplicado de forma universal no Brasil, sendo referência mundial para implantação de programas similares em outros países da África, América Latina e Caribe (FNDE, 2017). Além de fornecer a merenda para os alunos, o programa tem como objetivo reduzir os riscos nutricionais, garantindo aos alunos do ensino público uma alimentação saudável; estimular a produção da agricultura familiar; incentivar a economia local; promover uma agricultura sustentável; incentivar a produção entre os jovens agricultores estimulando-os a permanecerem em suas propriedades; incentivar a criação de associações e cooperativas; e aproximar os consumidores com uma nova proposta de alimentação saudável.

A partir da Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, tornou-se obrigatório que os Municípios, Estados e também o Distrito Federal apliquem no mínimo 30% dos recursos repassados pelo FNDE para a compra de merenda escolar de produtos oriundos da agricultura familiar, propiciando o surgimento de um novo mercado institucional e, com isso, mais um canal para escoamento da produção da agricultura familiar. Assim, o PNAE tem contribuído para o desenvolvimento

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

da economia local, bem como a inclusão de agricultores familiares na dinâmica das políticas públicas como um importante ator no processo relacionado à merenda escolar. Desta forma, o Programa objetiva promover a segurança alimentar e a inserção desses grupos sociais nos mercados institucionais.

O processo de execução do Programa envolve diversos atores da sociedade civil e do poder público para que ele se efetive. Em certa medida, podemos definir o Programa como complexo, pois exige dos participantes (principalmente dos agricultores) um conhecimento técnico quanto à sua operacionalização. Entendendo a importância do Programa na promoção da segurança alimentar e do fortalecimento da agricultura familiar, este estudo procura descrever e analisar o processo de execução do PNAE no município de Remígio[1] – PB no ano de 2017, tendo por objetivo compreender as dificuldades, potencialidades, bem como as estratégias criadas pelos atores na implementação do Programa numa situação concreta.

O artigo está organizado em três partes, além da introdução e considerações finais. Na primeira parte tem-se uma contextualização onde apresentamos o processo de construção dos mercados institucionais no Brasil e a Lei 11.947/2009; em seguida os procedimentos metodológicos adotados, isto é, de um estudo de caso e, por fim, serão apresentados os resultados[2] e discussões.

Mercados Institucionais no Brasil

A partir dos anos 2000 o Brasil passou por uma grande transformação política e social com a chegada de um governo progressista em 2003. Com o novo governo, abriu-se grande espaço de diálogo entre o governo e os diversos atores sociais para a construção de uma política de segurança alimentar no país. O problema da fome[3] pelo qual o país se encontrava,

1 Situado no Agreste paraibano, o município de Remígio ocupa uma área de 180,897 km² e estima-se que a população passará de 17.581 habitantes (censo de 2010) para 19.340 em 2018 segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A cidade de Remígio está localizada a 132 km da capital, João Pessoa e a 32 km do município de Campina Grande, onde se encontram três rodovias e diversas estradas, caracterizando-a como "um nó de fluxos rodoviários". Essa localização facilita o escoamento da produção agrícola para os municípios vizinhos. A principal atividade econômica do município reside na agricultura familiar (CHAVES, 2011).

2 Este artigo é um recorte de minha dissertação de mestrado intitulada: Camponeses e Políticas Públicas: O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Remígio-PB, defendida no ano de 2019, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – PPGCS/UFCG.

3 Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE de 1999, o Projeto Fome Zero identificou que existiam 9,3 milhões de famílias e 44 milhões de pessoas muito pobres (renda abaixo de US$ 1,00 por dia) e que por estarem vulneráveis à fome, eram potenciais beneficiários desse projeto. Esse número de pobres representa 22% das famílias e 28% da população total do país, sendo que 19% dessa população se encontram nas regiões metropolitanas, 25% da população estão nas áreas urbanas não metropolitanas e 46% da população em áreas rurais. Sendo que 50% dessa população pobre se concentrava na Região Nordeste do país (BRASIL, 2010).

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 54 a 79 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

foi escolhido como tema central do governo do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, portanto, era necessário criar ações para combatê-la. Foi realizado um diagnóstico sobre o problema da fome no país e os resultados apontam:

> uma insuficiência de demanda que inibe uma maior produção de alimentos por parte da agricultura comercial e da agroindústria no país. As razões que determinam essa insuficiência de demanda – concentração excessiva da renda, baixos salários, elevados níveis de desemprego e baixos índices de crescimento, especialmente daqueles setores que poderiam expandir o emprego – não são conjunturais. (BRASIL, 2010, p. 17).

Desta forma, para garantir a segurança alimentar da população brasileira era preciso mudar o modelo econômico vigente que levava à “exclusão social, da qual a fome é apenas mais um dos seus resultados visíveis, como o são também o desemprego, a miséria, a concentração da terra e da renda” (BRASIL, 2010, p. 18).

Era necessário que o Estado interviesse, de forma que incorporasse ao mercado de consumo de alimentos a parcela da população que estava excluída do mercado de trabalho ou que não possuía nenhuma condição de garantir uma alimentação digna à sua família. Logo que assumiu o governo, o então presidente Lula, com a sua equipe, colocaram em prática uma série de políticas, ações e programas no âmbito do que se convencionou denominar como Estratégia Fome Zero (ARANHA, 2010). Era uma estratégia inovadora que, além de combater a fome no país, tinha como objetivo criar um padrão de consumo saudável, estimular a produção de alimentos e expandir as compras para a merenda escolar.

Dentro do contexto do Programa Fome Zero, em 2003 foi implementado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Esse é um ponto importante na mudança de perspectiva das compras institucionais até então implementadas no Brasil, onde até aquele ano, apenas os grandes empresários do setor alimentício tinham oportunidade de vender ao governo federal. O PAA inova ao incluir os agricultores familiares em uma política pública de compra governamental. O Programa tem dois objetivos básicos: o desenvolvimento da agricultura familiar e o combate à fome. Como afirma Souza (2019, p. 83), o PAA contribui ao ser mais um instrumento para reforçar os estoques de alimentos e de sua distribuição, beneficiando entidades de apoio socioassistencial, além de contribuir com o desenvolvimento rural comprando parte da produção de milhões de camponeses.

As compras públicas têm sido uma excelente estratégia de abastecimento alimentar e o papel do Estado nesse processo é fundamental, principalmente nos países em desenvolvimento. No Brasil as políticas de abastecimento estavam voltadas para o plano de combate à fome e à redução da pobreza e da miséria, implementadas pelos governos de esquerda na primeira década do século XXI. Além de financiar e fiscalizar, o Estado pode ser um estimulador das relações econômicas e sociais. A participação social é outro fator fundamental na definição e

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 54 a 79 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

implementação das políticas públicas, pois para que essa política se efetive é necessária uma interação entre os governos em seus diversos níveis e as organizações sociais, especialmente cooperativas e associações de produtores (CANIELLO *et al.* 2016).

As compras institucionais surgem a partir da atuação do Estado com a criação de novos mercados, mas também de um processo de construção, e institucionalização de "novas" ideias, pautadas na segurança alimentar e nutricional da população (GRISA; SCHNEIDER, 2015). Além disso, a compra institucional garante mercados aos agricultores menos capitalizados, que "sofrem com padrão irregular de sua produção, a falta de equipamento adequado e embalagem para comercialização e outros problemas do ritmo mais lento da implementação das políticas" (BELIK; FORNAZIER, 2016, p. 75).

Além disso, ao estabelecer um mercado institucional, está se criando oportunidades para os agricultores mais pobres de acesso aos mercados locais e estimulando a produção e aumentando o autoconsumo. Para Grisa et al. (2011), "a criação desses novos mercados é estratégica diante da preocupação de que os agricultores familiares não se tornem dependentes do PAA. O objetivo é fazer deste apenas um pontapé inicial para a inserção de novos mercados".

Os resultados positivos do PAA proporcionaram que novas ações fossem pensadas para resolver o problema nutricional e fortalecer a agricultura familiar. Segundo Silveira et al. (2016, p. 27), "o "sucesso" na implantação do PAA pode ser medido por sua rápida expansão pelo Brasil entre 2003 e 2008, quando o número de agricultores familiares beneficiados pelo Programa passou de 42 para 169 mil". Com o objetivo de ampliar o mercado institucional, o governo federal criou a Lei 11.947 de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, além de destinar 30% dos recursos financeiros do FNDE para a compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

Balem (2015) reconhece o potencial do mercado institucional, mas admite que as estruturas institucionais existentes ainda não estão preparadas para a complexidade e o grande alcance do PNAE no país. Diante disso, a autora entende que é necessário que os atores se apropriem dessa política com o objetivo de criar um ambiente propício, caso não exista. Além disso, o PNAE deve ser visto como um meio para que os agricultores desenvolvam novas práticas de relacionamento com outros mercados. Assim, os agricultores aos poucos vão desenvolvendo novas habilidades de se relacionar com outros mercados locais, pois o potencial do mercado institucional não se encerra em si, mas na possibilidade de produzir *scaling up*, ou seja, desenvolver capacidades para os agricultores que, após acessarem o mercado institucional do município, também podem acessar outros mercados locais e regionais.

Esse conceito de *scaling up* utilizado pela autora, significa que o mercado institucional tem condições de absorver os pequenos agricultores, e na medida em que eles vão ganhando

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 54 a 79 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

outros mercados, eles diminuem sua oferta para o programa abrindo espaços para outros agricultores gerando autonomia. Portanto, o PNAE funciona como um instrumento de mudança e contribui para que os agricultores se insiram em outros mercados (BALÉM, 2015).

É nessa perspectiva que a presença do Estado por meio das aquisições de alimentos atuaria de forma decisiva para um desenvolvimento de política pública sustentável. Vale ressaltar que, a participação de diversos atores da sociedade civil foi importante para o redirecionamento das políticas públicas naquele contexto. Isso fez com que a relação entre Estado e sociedade civil mudasse quando os movimentos sociais e do campo além de propor ações, tornaram-se parceiros (conquista de canais de diálogo) do Estado na execução dessas políticas. Nesse sentido, a participação social foi fundamental na definição, implementação e execução das políticas públicas.

Partindo da ideia das relações dos atores e o Estado, Fligstein (2007) desenvolve uma visão sociológica dessa ação dos atores a partir da definição de "habilidade social" que os atores têm de induzir nos demais o sentimento de cooperação. Neste sentido, o conceito de ação para o autor pode ser denominado pela habilidade social, ou seja, "A ideia de habilidade social é que os atores precisam induzir a cooperação dos outros. A habilidade de motivar os outros a tomar parte em uma ação coletiva é uma habilidade social que se prova crucial para a construção e reprodução de ordens sociais locais" (FLIGSTEIN, 2007, p. 62).

Nessa perspectiva é possível identificar e compreender a colaboração dos diferentes atores, ou seja, os que defendem o projeto ou os que impõem mudanças. É importante destacar que todos os atores dispõem de alguma habilidade ou função em determinado grupo, contudo, "sabemos que alguns atores são socialmente mais hábeis em obter a cooperação dos outros, atuando com atores mais poderosos e sabendo em geral como construir coalizões políticas na vida" (FLIGSTEIN, 2007, p. 62).

Lei 11.947/2009

Com o processo de descentralização do PNAE ocorrido em 1994 e sua consolidação em 1998, quando os municípios e estados passaram a serem responsáveis pela gestão dos recursos da alimentação escolar, viabilizam-se outras oportunidades, tais como: racionalização da logística, custos de distribuição dos produtos, desenvolvimento local, elaboração de cardápios respeitando os hábitos locais, maior participação da sociedade civil entre outras vantagens (TRICHES, 2015, p. 188).

Mas será a partir de 2003, com as políticas da Segurança Alimentar e Nutricional – SAN e do Programa Fome Zero, que o PNAE passará por uma revisão, que consistiu em criar critérios técnicos e operacionais com o objetivo de dar maior flexibilidade, eficácia e eficiência na gestão do Programa, além de estimular e fortalecer o papel dos Conselhos Alimentação Escolar

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 54 a 79 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

– CAEs no controle social e do profissional nutricionista como Responsável Técnico (PEIXINHO, 2013). Outro momento importante do Programa é a Resolução nº 32, de 10/08/2006, que além da descentralização, remete à universalização, à participação, promoção de hábitos alimentares saudáveis, respeito à cultura alimentar e ao desenvolvimento sustentável. Com essa resolução, o objetivo do Programa passou a ser “o de atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como a formação de hábitos alimentares saudáveis” (TRICHES, 2015, p. 190).

Embora as regulamentações até então do Programa fizessem referências à segurança alimentar, o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de alimentos produzidos no âmbito local, os processos para a compra desses produtos dos pequenos agricultores permaneceram impraticáveis (TRICHES, 2015). Era necessário criar uma regulamentação nos princípios do Programa para que as aquisições públicas da agricultura familiar fossem de fato efetivadas. A partir da Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, tornou-se obrigatório que os municípios, estados e Distrito Federal apliquem 30% dos recursos repassados pelo FNDE na compra de produtos da agricultura familiar.

O grande avanço do PNAE se deu quando a Lei n.º 11.947 instituiu um mercado diferenciado para a agricultura familiar, com a aplicação de 30% dos repasses do FNDE na aquisição de produtos desse público, como pode ser observado no texto do art. 14 da mesma Lei:

> Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades.

A agricultura familiar se destaca devido à sua importância no que diz respeito à segurança alimentar e nutricional da população, porém ela sempre enfrentou diversas dificuldades relacionadas à produção e ao escoamento de seus produtos. Daí a importância das políticas públicas que incentivem os camponeses a produzirem mais e também produtos saudáveis. Além disso, as políticas públicas de fomento favoreceram o fortalecimento da economia local, bem como a criação de associações e cooperativas.

Com a Lei 11.947/2009, o objetivo do Programa passou ser: atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência na escola, contribuindo com isso para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como a formação de hábitos alimentares mais saudáveis, promovendo a sustentabilidade, gerando renda ao agricultor. Além disso, “a aquisição de alimentos mais naturais, sazonais, tradicionais e ecológicos promoveria a qualidade alimentar e saúde pública, garantindo o direito ao ato pedagógico” afirma Triches (2015, p. 185).

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 54 a 79 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Em suma, ao institucionalizar as compras o Estado está garantido à segurança alimentar de quem produz e de quem consome. Para Gregolin *et. al.* (2018, p. 50), “A Lei 11.947/2009 é um marco histórico na política de alimentação escolar no Brasil, pois de fato concretizou a unificação de uma política de acesso e distribuição de alimentos com a promoção da sustentabilidade socioambiental”.

É importante destacar que, essa conquista é fruto de um processo construído entre o Governo Federal e os diversos setores da sociedade civil por meio do Conselho Nacional de Segurança Alimentar - Consea (PEIXINHO, 2013). Vale ressaltar que, embora existam mecanismos alternativos para interação dos atores locais, a ação do poder público é fundamental para a criação de modelos de desenvolvimento conforme afirmam Triches e Schneider (2010, p. 3):

> O Estado possui um papel fundamental na regulação e orientação da produção agroalimentar via controle e normatização do uso de agroquímicos e, também, da saúde alimentar e nutricional da coletividade, via estímulo ao consumo de alimentos frescos e mais saudáveis. O poder público pode, efetivamente, constituir-se em um ator-chave na construção de formas de produção e consumo de alimentos que primem pela observância das diretrizes da segurança alimentar e nutricional e da produção sustentável.

Enquanto política pública, o PNAE busca conectar-se aos objetivos da SAN que é de ofertar alimentos de qualidade para a merenda escolar, mas também de incentivar a produção dos camponeses. Para Pauli; Schulz e Zajonz (2016, p. 101):

> O PNAE se apresenta como um dos Programas basilares de Programa de Segurança alimentar e Nutricional por ser capaz de promover a intersetorialidade de dois problemas cruciais que envolvem a realidade de países em desenvolvimento e que se referem à segurança alimentar e nutricional.

A partir do que foi dito, podemos considerar o PNAE como instrumento de proteção social ao possibilitar acesso igualitário dos estudantes à merenda escolar, principalmente, aos estudantes que se encontram em risco nutricional. A merenda escolar garante oportunidade de aprendizado e diminuição da evasão escolar, além de contribuir para a redução da pobreza. Além disso, o Programa fomenta práticas de produções sustentáveis entre os camponeses, diminui a participação de intermediários ao comprar direto do produtor e cria um ambiente para que eles possam ascender a outros mercados.

Metodologia

A ideia de acompanhar o processo de execução do PNAE no município de Remígio data do ano de 2015, em virtude do grande destaque que o município ganhava em relação aos

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 54 a 79 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

demais dentro do Território da Borborema. Foi realizado uma pesquisa sobre o desempenho do PNAE no Território da Borborema realizada no ano de 2015 pelo NEXTAP/UFCG, no âmbito do Fórum de Desenvolvimento Territorial Sustentável da Borborema (Programa Territórios da Cidadania[4]). De fato, no ano de 2015 o município conseguiu ultrapassar os 30% de compras da agricultura familiar, passando a ser destaque nas reuniões do Fórum da Borborema não só pelo resultado alcançado, mas pela forma de articulação dos envolvidos no processo.

Inicialmente, buscamos nos sites oficiais informações mais gerais sobre o município através do IBGE, dados sobre recursos destinados ao PNAE e compras realizadas da agricultura familiar nos sites do FNDE e EMATER (que atualmente de chama Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária – EMPAER). Embora os dados colhidos (de 2011 até 2017) tenham demonstrado que o município havia atingindo a compra dos 30% somente nos anos de 2013 e 2015, entender como os atores se articulavam e criavam estratégias para alcançar o mínimo estabelecido por lei foi a principal razão que motivou a realização da pesquisa.

O presente estudo de caso é fruto de uma pesquisa de campo que iniciou a partir de um levantamento bibliográfico sobre a temática da alimentação escolar com o objetivo de orientar os objetivos da pesquisa e dar embasamento teórico ao tema estudado. Considerando os objetivos, a pesquisa se pautou numa abordagem qualitativa que, permitiu descrever o objeto, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos dos grupos sociais (RICHARDSON, 1999), combinando um conjunto de técnica de coleta de dados (DENZIN E LINCOLN, 2006), que possibilitou um aprofundamento e um resultado satisfatório do fenômeno estudado. Foi realizado o acompanhamento da primeira chamada de 2017, aplicação de questionário socioeconômico e de algumas entrevistas.

Ao longo da pesquisa (2017 e 2018), pude observar na prática a aplicação dos dez passos do PNAE, que é um roteiro em forma de manual criado pelo FNDE para que as Entidades Executoras – EEx se orientem quanto às etapas que devem ser seguidas na execução do Programa. Algumas das etapas (elaboração do cardápio, da chamada pública, elaboração e seleção dos projetos e pesquisa de preço) participaram somente os representantes das Entidades Executoras e agricultores[5]. De toda forma, essas etapas foram registradas posteriormente por meio de entrevistas e relatos registrados no caderno de campo (DA MATTA, 2010). Por fim,

4 O governo federal a partir de 2003 resolveu adotar o "enfoque territorial" das políticas públicas para a agricultura familiar com o objetivo de ampliar a participação e decisão dos agricultores familiares na aplicação dessas políticas. Com a criação da SDT pelo MDA essa ideia do enfoque territorial foi posta em prática no Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – PDSTR e no segundo governo Lula ela foi ampliada e rebatizada como Programas Territórios da Cidadania – PTC. É importante observamos que com essa nova estratégia, o objetivo estava no "ciclo de gestão social", ou seja, numa dialética ativa entre identidade, participação social e desenvolvimento rural sustentável (CANIELLO, 2016; CANIELLO, PIRAUX e BASTOS, 2013a).

5 Informações obtidas através do Projeto nº: 1. 251270/2015 – IX Edição do Prêmio Prefeito Empreendedor - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 54 a 79 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

participei das reuniões de avaliação, que foram quatro no total. Essa etapa foi criada pela gestão da casa da merenda com o intuito de avaliar e prestar contas ao final de cada chamada pública.

Os dados primários foram coletados mediante um questionário socioeconômico com onze perguntas fechadas, aplicados durante as reuniões do PNAE, totalizando dezoito respondentes, com perguntas fechadas e foi preenchido pelo entrevistador durante a entrevista. As questões tinham por propósito responder aos objetivos da pesquisa, bem como traçar um perfil das agricultoras que forneciam ao PNAE. O critério para a escolha das entrevistadas foi devido ao número de mulheres serem superiores ao dos homens, mas sobretudo, porque elas sempre estavam presentes nas reuniões facilitando o contato.

Durante a pesquisa foram realizadas quatro entrevistas com um representante da EMATER e três agricultoras[6]. As agricultoras selecionadas fazem parte três grupos de mulheres (Margaridas, Queimadas e Vitoriosas) que fornecem bolos e outros produtos para a merenda escolar, sendo selecionada uma de cada grupo. Em relação às entrevistas, a escolha quanto ao número de entrevistados não buscamos uma "representatividade no sentido estatístico" como afirma Barbot (2015), mas identificar e explorar, à medida que houver dados suficientes e quando as diversas situações em campo permitirem. A seguir, serão apresentados e discutidos os resultados da pesquisa.

Resultados e discussões

O FNDE disponibiliza um manual que orienta as Entidades Executoras – EEx na execução do Programa da merenda escolar (BRASIL, 2016). No caso de Remígio, as compras são realizadas pela gestão municipal (EEx.). No que se refere à venda dos produtos, são os produtores responsáveis pelo fornecimento dos produtos ao Programa e estes devem estar inseridos no PRONAF seja como portador de uma Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP jurídica (cooperativas e associações) ou como possuidor de uma DAP física, que são os agricultores familiares. Além da EEx. e dos agricultores/fornecedores, existem as entidades articuladoras que, segundo Pauli, Schulz e Zajonz (2016, p.104) "têm a função de intermediar a negociação entre o produtor rural e as Entidades Executoras". Em Remígio, essas entidades são, principalmente, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER. Acompanhamos a 1º chamada pública do PNAE em Remígio no ano de 2017 e constatamos algumas particularidades quanto à forma de execução do Programa.

6 Documentário intitulado: "Da dureza à doçura", disponível na plataforma Youtube.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 54 a 79 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

"Atores hábeis"

Casa da Merenda

Uma das particularidades observadas em Remígio é que o município dispõe de um local e uma equipe específica para a execução das compras governamentais para a merenda escolar, a Casa da Merenda, criada no ano de 2013 com o objetivo de intermediar e articular a execução do PNAE entre os camponeses e a EEx. É uma casa adaptada para receber, armazenar e distribuir os produtos destinados à merenda escolar. A ideia para a criação da Casa da Merenda surgiu de uma demanda dos camponeses junto aos gestores públicos do município, exigindo uma maior participação para o fornecimento dos seus produtos para a merenda escolar. Além disso, outros dois fatores foram decisivos para sua criação, que foram: a falta de infraestrutura nas escolas municipais, especialmente, nas escolas rurais que, não dispunham de estruturas adequadas para armazenar os produtos adquiridos dos produtores e a falta de comunicação entre os agricultores e os gestores, dificultando a execução do Programa e diminuindo o interesse dos agricultores em fornecer para o PNAE.

Além disso, a criação desta instituição também teve como objetivo sanar o problema do estoque, atuando como uma central de armazenamento dos produtos adquiridos dos camponeses. Nesse sentido, em situações estruturais parecidas, é possível criar respostas diferentes. Segundo Triches e Schneider (2012, p. 7):

> A ação estratégica caracterizar-se-ia por um poder que os atores têm de, mesmo dentro de um modelo cultural ou social dominante, serem agentes hábeis em mudar as circunstâncias para resolver seus problemas de uma forma coerente, organizando seus recursos por meio de uma persuasão ativa em relação aos seus projetos e pela construção de seu próprio padrões de organização.

Nesse sentido, a ação dos atores de Remígio pode ser entendida como uma complementaridade à ação do PNAE, a partir da articulação dos diversos atores com o objetivo de solucionar os problemas ligados à comercialização. Desde a sua criação, a Casa da Merenda é a organização que tem conseguido atrair um número significativo de agricultores para participar do Programa. No ano de 2013, o município contava com treze agricultores fornecendo ao PNAE[7]. Nos anos seguintes, o número de fornecedores foi aumentando, chegando aos 38 agricultores em 2017. Essa capacidade da Casa da Merenda de induzir os demais atores a cooperar, criando um sentimento de coletividade é definida por Flingstein (2007) como habilidade social. Para a agricultora Maria, a instituição é vista positivamente, pois consegue unir os agricultores e é um canal de orientação: "a gente se juntar para discutir o preço, né! Discutir os produtos, e eu acho

7 Primeira chamada de 2017, segunda chamada de 2017, primeira chamada de 2018 e segunda chamada de 2018.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 54 a 79 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

que o ponto positivo é ter uma casa de merenda. A gente tem opção de tirar as dúvidas, onde a gente pode chegar lá e pedir uma orientação”.

EMATER/PB

A EMATER é uma organização de assistência técnica que, articulada com a Casa da Merenda, busca contribuir para que o PNAE seja executado de forma exitosa no município, participando das etapas de execução do Programa e dando suporte aos agricultores com mais dificuldades relacionadas aos processos burocráticos. Segundo o representante da EMATER em Remígio:

> A EMATER se encontra num papel de animar esses agricultores a participarem do PNAE, no acompanhamento da produção agrícola, no sentido de não aplicar somente o preceito da agroecologia, que é não utilizar o veneno. Além de fazer o processo de digitação das propostas, do acompanhamento da definição de preços, da definição do calendário agrícola. Desde o início até o final da elaboração do projeto.

A maioria dos agricultores, principalmente aqueles com dificuldades em utilizar as ferramentas tecnológicas, encontram na EMATER a única alternativa para resolução de seus problemas. Citamos anteriormente que, um dos grandes problemas enfrentados pelos agricultores está na emissão da nota fiscal e eles recorrem à instituição para ajudá-los. Lembrando que a EMATER também é responsável pelo preenchimento das propostas dos projetos de venda dos agricultores, além de outras atividades desenvolvidas pela instituição. Percebemos que há uma sobrecarga de trabalho por parte dos extensionistas no município, porém, na maioria das vezes que os agricultores procuram a instituição eles são atendidos. Sobre as dificuldades enfrentadas pelos extensionistas o representante da EMATER afirma que:

> Em todo o canto acredito que tem essa dificuldade, a mão de obra dos extensionistas, a quantidade de extensionista no município é muito pequena. Você vê aqui em Remígio, extensionistas que trabalham diretamente com o agricultor na parte de produção só são dois. Eu tenho um engenheiro agrônomo e veterinário e uma assistente social. Então, é muito pouco para um município como Remígio. Agora, isso não impede a gente de certa forma, principalmente, através de reuniões, de encontros, de um atendimento mais dirigido a uma coletividade, que a gente consiga contemplar as pessoas que estão necessitando de informação.

Embora os extensionistas se esforcem para atender a todos, nem sempre conseguem, por conta de muitas atividades que lhes são atribuídas. Alguns problemas poderiam ser amenizados se os agricultores pudessem contar com o sindicato. Com a ausência do sindicato na execução do PNAE, a EMATER tornou-se a principal organização de suporte aos camponeses. Percebe-se que a organização tem trabalhado mais no sentido de resolver problemas burocrá-

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 54 a 79 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

ticos do que os ligados à produção. Em dois momentos da pesquisa (mapeamento e reunião de avaliação) percebemos que embora os agricultores relatem problemas nas suas plantações, seja por questões climáticas ou devido às pragas, não existe nenhuma discussão em torno de pensar alternativas para resolver o problema.

Ao acompanhar as reuniões de avaliação, ouvimos muitos relatos de camponeses que estavam enfrentando dificuldades em fornecer para o PNAE devido aos problemas nas plantações. O problema da seca na região foi um dos fatores relacionados à questão da baixa produção de alimentos, além disso, alguns produtos colhidos apresentavam má qualidade. A praga na plantação foi um dos motivos que levou um agricultor a desistir da segunda chamada do PNAE em 2018. Somado a tudo isto, há denúncias de que alguns agricultores que fornecem ao Programa utilizam agrotóxicos na plantação. Todos esses problemas relatados pelos agricultores e que ainda não foram sanados, têm refletido na execução do PNAE. A casa da merenda e a EMATER em Remígio se mostraram como importantes articuladores do PNAE, pois conseguem unir diversos atores ligados à compra institucional. A partir da formulação de Flingstein (2007), podemos considerar essas duas organizações como "atores hábeis", pois eles são capazes de mobilizar e definir ações em prol de um projeto coletivo que é o PNAE. "Essas ações de interesse coletivo são imprescindíveis para construir o mercado institucional e outros mercados locais para a agricultura familiar" (BALÉM, FIALHO e SILVA, 2016, p. 142).

Porém, no que se refere a solucionar os entraves relacionados ao Programa, suas habilidades parecem ser limitadas. Relembrando a fala de um agricultor que disse, "*quem faz a chamada são todos*", é preciso que cada um reconheça o seu papel no processo. Em vez de culpabilizar um ou outro, é necessário reconhecer que existe um problema e que precisa ser discutido. Compreender a realidade do município e seus problemas pode ser um passo (que não está nos manuais do FNDE) para se avançar na construção da solução. Por fim, percebeu-se que no caso do ator Casa da Merenda, tem se buscando uma alternativa para solucionar a questão do cumprimento da Lei. Isso é constatado pelo aumento de aquisição de produtos processados da agricultura familiar como bolos, tapiocas, pamonhas e polpas de frutas.

Grupo de Mulheres

Percebemos uma presença expressiva de mulheres que fornecem para o PNAE em Remígio e uma forte articulação delas para acessar outros mercados. No ano da pesquisa, forneciam para o Programa 23 camponesas. Foi aplicado um questionário socioeconômico e, das vinte e três agricultoras, dezoito responderam. A agricultora mais jovem tinha 19 anos e a mais idosa tinha 60 anos de idade. A maioria das agricultoras eram solteiras, com filhos e recebiam o benefício do Bolsa Família. Em relação à escolaridade, sete não possuíam o ensino fundamental completo e as demais possuem algum grau maior de escolaridade, que varia entre ensino fundamental completo até ensino superior incompleto como detalhado na tabela que se segue. Sobre

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 54 a 79 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

as fontes de renda, a maioria das camponesas não quiseram informar, por isso não consta no quadro. Acredito que diante do contexto político nacional em que foi aplicado o questionário, onde muitas políticas para a agricultura familiar estavam sofrendo cortes do governo federal, elas ficaram receosas em responder.

Tabela 1: Perfil das agricultoras

Faixa de idade		Nº de filhos		Escolaridade		Recebia Aux./Bolsa Família	
18-24 anos	4	sem filhos	2	1º grau (C/I)	8	SIM	14
25-34 anos	5	1-3 filhos	10	2º grau (C/I)	5	NÃO	3
35-44 anos	2	4-6 filhos	4	3º grau (C/I)	3	não respondeu	1
acima de 44 anos	7	acima de 6 filhos	2	não respondeu	2		

Fonte: pesquisa de campo, 2017.

Atualmente, existem três grupos de mulheres (Margaridas, Queimadas e Vitoriosas) que fornecem bolos, pamonhas e tapiocas para a merenda escolar. Cada grupo possui uma cozinha própria dentro dos assentamentos onde vivem e todas fizeram curso para a fabricação dos bolos. No ano de 2017, os três grupos tinham vinte agricultoras fornecendo ao Programa. Ao serem abordadas sobre como tiveram conhecimento do PNAE, duas agricultoras[8] relataram:

> Meu esposo já participou antes, acho que em 2014. Só que era um processo totalmente diferente, né? Aí eu não me interessava muito. Só quem fornecia era ele. Aí depois, quando eu fui encontrar pessoas para ter informação e saber como funcionava, principalmente a questão dos bolos e tapiocas, eu me interessei muito porque o modo de a gente participar é bem dinâmico. Aí eu gostei (Agricultora, Maria.).
> A Sebastiana tem um grupo de mulheres e aí, ela fez o convite para eu participar do grupo. Aí eu vi uma oportunidade também de tá me engajando e também de ser uma fonte de renda. Você sabe, e como muitos devem saber que, infelizmente, é muito difícil para um jovem, ainda mais do campo, ter uma renda. E aí, foi uma porta que eu vi, e assim, muitos me incentivaram a entrar no mercado do PNAE (Agricultora, Antônia).

A possibilidade de ter uma renda extra para complementar o orçamento da casa foi um dos fatores relatados pelas agricultoras para vender ao PNAE. Além do mais, após a criação dos grupos, elas ganharam notoriedade dentro e fora do município pela fabricação dos bolos e fornecem seus produtos para eventos na região. Essas diversas atividades desenvolvidas pelas agricultoras podem ser denominadas de pluriatividade. Segundo Wanderley (2003, p. 52) a

8 Os nomes verdadeiros das agricultoras foram substituídos por nomes fictícios.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 54 a 79 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

“pluriatividade seria, neste caso uma estratégia da família, com a finalidade de – diversificando suas atividades, fora do estabelecimento – assegurar a reprodução deste e a sua permanência como ponto de referência central e de convergência para todos os membros da família”.

As vendas para o governo municipal são uma das estratégias usadas pelas camponesas para reprodução do seu modo de vida. Na busca de acessar esse novo mercado, elas se uniram e formaram grupos. Muitas camponesas relataram dificuldades no início da formação dos grupos, mas encontraram apoio em outras agricultoras. Como relatou a agricultora Sebastiana:

> Olha, assim que eu entrei… você sabe que aonde a gente trabalha tudo tem desta. Eu chorei, eu pensei em desistir só que o meu marido, junto com minhas colegas, falaram não, não, não desista! Não desista! Aí eu fiz uma cozinha para mim.

Ao se inserirem nos mercados institucionais, as camponesas precisaram se adequar às regras impostas, como os prazos para entregas de documentos, dos produtos, atender requisitos sanitários para a fabricação etc. Muitas camponesas sacrificam seus horários de descanso para cumprir os contratos. Nesse sentido, a agricultora Rosa relatou que:

> O grupo tem trabalhado incansavelmente para fornecer ao PNAE e para outras entidades. Dormíamos debaixo da mesa, na cozinha para poder cumprir o contrato. Estamos em um momento difícil e não podemos perder tempo. Devemos honrar com o contrato. A gente se valoriza nesse espaço.

Na fala de Rosa e das demais camponesas percebemos a sua preocupação diante das investidas contra a agricultura familiar. Além dos cortes no PAA, a mudança no prazo da renovação da DAP é entendida como tentativas dos governos pós-golpe de 2016 de enfraquecimento da categoria. As agricultoras demonstram que, além do comprometimento com o Programa, são capazes de alcançar outros mercados através do trabalho em equipe e da qualidade dos produtos que produzem. Nesse sentido, Ploeg (2008, p. 299) afirma que:

> Mesmo quando as circunstâncias diretas implicam privação e desespero, o princípio camponês contém esperança. A esperança de que, através do trabalho, da cooperação e de ações conjuntas e/ou lutas abertas, o progresso pode ser construído. O princípio camponês permite que os atores envolvidos ultrapassem as imediações do contexto.

Para o autor, o princípio camponês significa “enfrentar e superar as dificuldades para construir as condições que permitem a condição de agente” (2008, p. 299). Podemos observar que a prática das agricultoras como o cultivo de alimentos sem agrotóxico, agregar valor aos produtos (qualidade) e de identidade como orgulho camponês com objetivo na segurança alimentar dos alunos e da família, são formas de resistência. Embora as agricultoras tenham

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 54 a 79 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

relatado uma jornada de trabalho excessiva para cumprir com os pedidos, foi possível observar através das falas o sentimento de satisfação por serem donas do próprio negócio e a alegria de saber que seus produtos são bem-aceitos pelo alunado.

Além de fornecer para o PNAE, as camponesas vendem seus produtos nas feiras do município (feira livre e agroecológica), fornecem bolos para outras instituições e eventos na região. Nesse sentido, podemos observar novas habilidades sendo desenvolvidas pelas agricultoras que Balém define como *scaling up*, ou seja, o PNAE contribuindo para que as agricultoras conquistem novos mercados.

Nesse sentido, Balém (2015) afirma que o PNAE é uma importante ferramenta para construção de outros mercados em circuitos curtos[9]. O mercado institucional não se encerra em si mesmo, ele desenvolve novas capacidade de os agricultores se relacionarem com outros mercados locais e regionais. No que diz respeito ao gerenciamento das cozinhas, cada grupo tem autonomia para fazê-lo. Por exemplo, no grupo das Margaridas é descontada uma porcentagem para a mulher que falta, mas que é muito raro isso acontecer, relata uma camponesa pertencente ao grupo. Porém, nos casos de doença a ausência é justificada. Uma agricultora do grupo Vitoriosas diz que "*não se desconta, porém, a mulher que faltar terá que repor a falta trabalhando outro dia"* (nesse grupo, as mulheres trabalham em dias alternados).

Além disso, as cozinhas são tidas não apenas como um lugar para a fabricação dos alimentos, mas como espaço de interação. Não são espaços pensados apenas para produzir e vender, mas como espaços de sociabilidade para cada mulher que participa dos grupos. Portanto, pode-se observar nos grupos de mulheres um processo de construção coletiva para alcançar novos espaços para a venda de seus produtos, mas também de uma busca por autonomia. Há um processo de construção de conhecimento, de emancipação dessas agricultoras conforme relatado por uma delas, "*hoje a gente tá vendo que tem três grupos, isso é muito importante para o município porque as mulheres estão ganhando autonomia*". A organização é importante para se construir novas habilidades, novas consciências, novos aprendizados, e se tornarão efetivos se forem construídos coletivamente (BALEM, FIALHO e SILVA, 2016).

O grupo As Margaridas foi o primeiro a ser formado e o que mais tem ganhado projeção dentro e fora do município. A partir dessa experiência, os outros dois grupos surgiram. Antes da formação, as camponesas já forneciam produtos (frutas, verduras e legumes) para o Programa e ainda fornecem. É importante destacar que, todos os grupos têm ganhado notoriedade no

9 Soberania alimentar é "[…] o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental […]. A soberania alimentar é a via para se erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos." (Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, Havana, 2001).

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 54 a 79 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

município, porém as Margaridas por serem pioneiras, alcançaram mais visibilidade. Em uma das reuniões de avaliação, uma representante das Margaridas relatou: "*Em todos os lugares que as Margaridas vão, são reconhecidas. Foi a partir do PNAE que conseguimos nos estruturar e outros grupos foram criados. Somos reconhecidas e temos até documentário*[10]".

Os grupos de mulheres têm buscado cada vez mais melhorar a fabricação de seus produtos para alcançar outros mercados. Todo esse investimento não está ligado somente ao retorno financeiro. A preocupação na qualidade dos produtos fornecidos ao Programa tem a ver com ideia de soberania alimentar[11], da importância de produzir produtos de qualidade, pois seus filhos e os filhos das outras camponesas serão beneficiados. A agricultora Sebastiana relatou que: "*no sítio se vê a alegria das crianças quando o bolo ou a tapioca chega. Na cidade é mais fácil comprar bolo, no sítio é mais difícil*".

O PNAE tem proporcionado a essas agricultoras, além de uma alternativa de renda, uma autonomia. A possibilidade de ter o próprio dinheiro para muitas camponesas é sinônimo de liberdade. Quando questionada sobre qual seria o ponto positivo do Programa, a agricultora Sebastiana responde: "*O ponto positivo é que hoje eu tenho minha liberdade, minha autonomia, tenho o meu dinheirinho, dá para comprar as coisas que eu preciso*".

Além do empoderamento econômico, muitas agricultoras relataram que nos seus espaços de trabalho são elas que comandam. Durante a amostra de produtos em 2017, a agricultora Sebastiana fez a seguinte indagação: "*Já pensou se as mulheres que estão organizando o grupo têm um homem por trás?"*. Ela relata que participou de um programa destinado às mulheres, mas quem mandava eram os homens. Porém, nas cozinhas comunitárias, ela tem percebido algo diferente, a autonomia das mulheres, "*elas que lutam para construir, pra reformar, se vira pra tudo"*.

Ao longo das últimas três décadas ocorreram muitas mudanças políticas sociais e culturais para combater as desigualdades sociais e de gênero no Brasil, além disso, houve a promoção das mulheres a participarem dos espaços de poder e decisão. A fala da agricultora nos mostra quão importante são as políticas públicas, pois elas colocam em cena atores que viviam no anonimato. Por muito tempo as tarefas exercidas pelas mulheres dentro da unidade produtiva foram reduzidas a status de ajuda, do que trabalho efetivamente (KERGOAT, 2009; GARCIA, 1992).

Atualmente, as agricultoras podem participar das diversas políticas públicas, acessando linhas de créditos em seu nome através da DAP. Todas essas conquistas fazem com que suas atividades passem a ser reconhecidas como parte da estratégia de reprodução camponesa e não uma mera ajuda. Embora tenhamos relatos de agricultoras conquistando espaços, seja nos

10 Segundo Darolt, Lamine e Brandermburg, (2013), Circuitos Curtos é toda relação de proximidade entre produtores e consumidores visando reduzir a presença de atravessadores entre eles.

11 "Na escolha das pessoas a entrevistar, o pesquisador não está em busca de uma representatividade no sentido estatístico; ele busca antes identificar e explorar, à medida da acumulação dos dados e do trabalho de análise, as *situações contrastadas* que vão lhe permitir arquitetar um quadro teórico (BARBOT, 2015, p. 104)".

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 54 a 79 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

mercados ou no meio social, ainda há mulheres que encontram dificuldades ou são privadas de participarem das políticas públicas. Na última reunião de avaliação de 2018, a agricultora Maria relatou que na comunidade onde vive, "*poucas mulheres participam do Programa, pois os homens não deixam*".

A partir da inserção das mulheres no PNAE e da criação dos grupos de mulheres, elas foram adquirindo autonomia econômica e poder nas decisões relacionadas às atividades desenvolvidas nas cozinhas. Além disso, as agricultoras de Remígio (e do Território da Borborema) têm se envolvido cada vez mais nas lutas sociais através do Polo Sindical da Borborema e a AS-PTA. A criação dos grupos é o resultado do empoderamento das mulheres que podem decidir sobre como e quando realizar suas atividades e a cozinha é a materialização de uma mobilização, de um projeto exclusivamente feminino. De fato concordamos com Oliveira (2004, p. 66) que "o empoderamento consiste na importância de aumentar o poder e controle sobre as decisões e problemáticas que determinam a vida".

É importante destacar que, todo esse processo de articulação e empoderamento das agricultoras fazem parte um contexto mais amplo e que está relacionado a forte atuação sócio-política e do capital social do Território da Borborema, como afirmam Caniello; Piraux; Bastos (2013b, p. 20 e 21):

> Em vista disso, pode-se considerar que os atores sociais inseridos no Território da Borborema compartilham um conjunto de valores, conceitos e estratégias de ação coordenadas – isto é, possuem uma identidade comum – além de disporem de uma base técnica-institucional que os coloca como protagonistas nas redes de inovação agroecológica e na resistência ao modelo agrícola dominante baseado nos princípios da revolução verde, pois estão articulados em organizações e sistemas de ação coletiva e confiança mútua como o Polo Sindical da Borborema e a Ecoborborema – isto é, possuem um bom "capital social".

Desta forma, essas agricultoras estão inseridas dentro de uma rede de ações (educativas, empoderamento, de assistência técnica) desenvolvidas no Território da Borborema que reconhece essas mulheres como papel estratégico nas etapas do sistema alimentar que vai desde a produção até o consumo.

Reuniões de avaliação e a Lei 11.947 em Remígio

Ao analisar a implementação do PNAE no município de Remígio, tentamos identificar os distanciamentos e avanços entre o que preconiza a legislação e o que é realizado na prática. Além disso, buscou-se compreender como os atores entendem a dinâmica do Programa e intervém no processo de aquisição de alimentos para a merenda escolar, pois ao instituir a Lei Federal nº 11.947/09, o Programa passou a incluir novos atores e mobilizar toda uma rede de

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 54 a 79 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

ação que antes não existia. Lembrando que, nessa nova dinâmica, o principal novo ator inserido no processo são os camponeses. Desta forma, o que se pretende é entender como os atores se articulam para alcançar os objetivos do Programa. Além do acompanhamento da primeira chamada no ano de 2017, descrito anteriormente, acompanhamos quatro reuniões de avaliação[12] que chamaremos de décimo primeiro passo.

O manual do FNDE (BRASIL, 2016) propõe um roteiro, ou passo-a-passo, que consiste em dez etapas que vão do planejamento orçamentário até o pagamento dos agricultores. O município de Remígio inova ao acrescentar um passo na execução do Programa, entendendo que o processo não finaliza com o pagamento aos fornecedores, como de praxe em outros procedimentos de compra governamental. Segundo os gestores, é necessária uma avaliação do processo em busca de identificar os problemas e buscar soluções. Seja como for, a realização de reuniões de avaliação, etapa que não consta nos manuais do FNDE, demonstra a capacidade da gestão municipal de criar uma estratégia para tentar superar dificuldades ocorridas durante o processo de aquisição dos alimentos. Neste sentido, os atores sociais não são vistos meramente como categorias sociais vazias (baseadas na classe ou em outros critérios de classificação) ou recipientes passivos de intervenção, mas sim como participantes ativos que processam informações e utilizam estratégias nas suas relações com vários atores locais, assim como com instituições e pessoas externas (LONG e PLOEG, 2011, p. 24).

Como ocorre em outros municípios do país, a execução do PNAE em Remígio é complexa, pois esbarra em muitas dificuldades relacionadas a questões burocráticas, estruturais e organizacionais que impedem que seja executado plenamente. Embora a prefeitura mantenha o controle na execução do PNAE e, portanto, tenha pleno conhecimento de todos os problemas envolvidos, sua postura frente a eles é contraditória, pois foi possível observar nesta pesquisa que os discursos dos representantes da EEx vão no sentido de culpabilizar o agricultor fornecedor quando há falhas no decorrer do processo. No quadro abaixo, temos um resumo dos principais temas discutidos nas reuniões de avaliação de 2017 e 2018.

12 Vários motivos impediram-me de participar dessas etapas: áreas de difícil acesso (zona rural) e escassez de transporte para chegar aos locais das reuniões; argumentos de que somente os participantes da chamada poderiam participar; e falta de recursos financeiros para custear idas a campo.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 54 a 79 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Quadro: Reunião de Avaliação

Dia: 17/05/2017 Temas abordados: falta de itens previstos no cardápio; dificuldades na emissão da nota fiscal; problemas na produção; produtos de baixa qualidade.
Dia: 17/11/2017 Temas abordados: falta de itens previstos no cardápio; dificuldade em comprar 50% da agricultura familiar; poucos recursos do FNDE para o município.
Dia: 08/08/2018 Temas abordados: falta de itens previstos no cardápio; dificuldades na emissão da nota fiscal; amostra dos produtos para controle de qualidade.
Dia: 18/12/2018 Temas abordados: dificuldades na emissão da nota fiscal; prestação de contas; problemas na DAP.

Fonte: Pesquisa de campo, (2017 e 2018).

Podemos observar que o problema na emissão da nota fiscal não é novo e, até o final de nossa pesquisa, nenhuma solução foi encontrada para resolvê-lo. Embora o discurso da gestão seja de ouvir as demandas dos agricultores, quando estas são apresentadas, a EEx não propõe nenhuma solução e se isenta de qualquer responsabilidade. Além disso, esse problema mostra a situação de vulnerabilidade do agricultor, que corre o risco de não receber o pagamento em decorrência de um problema burocrático. Outro problema constatado refere-se à DAP, pois seis agricultores tiveram suas DAP canceladas e não forneceram ao Programa na segunda chamada de 2018. Segundo o representante da Casa da Merenda, com a mudança no prazo para a renovação do documento, que era de três anos para um ano, muitos agricultores perderam o prazo. Esse fato demonstra a ausência dos representantes dos agricultores no sentido de orientá-los quanto aos prazos para o recadastramento do documento.

Além disso, alguns agricultores não fecharam os contratos, pois tiveram problemas por conta de uma praga na plantação e outro desistiu porque seu produto (macaxeira) estava ruim para o consumo. Embora a EMATER tenha estado presente em vários momentos da chamada como um importante articulador, observamos que problemas relacionados com a produção têm sido recorrentes, e nenhuma solução ou diálogo sobre o assunto foi posto em discussão pela organização durante as reuniões.

Observamos, ainda, que os discursos dos gestores nas reuniões sempre giram em torno de duas questões: a primeira é alcançar a compra dos 30% ou superá-la, e que, portanto, isso só será possível através do comprometimento de todos. Esse discurso é bastante reproduzido pelos agricultores. Em dado momento da última reunião, a agricultora Antônia fala que “*é importante superar os 30% e de honrar os compromissos, mesmo sacrificando meus dias de folga”*. Essa fala demonstra uma dimensão do modo de vida camponesa, pois mesmo a agricultora estando inserida nessa perspectiva mais mercadológica, ela guarda os valores da honra da palavra que

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 54 a 79 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

é um traço marcante do campesinato. Corroborando com essa ideia, Woortmann (1990, pp. 16-17) afirma que:

> Um movimento que se dirige a uma dimensão da modernidade pode ser, ele mesmo, necessário para que haja um outro movimento, o de reconstituir a tradição. A estrada principal que conduz a modernidade (individualização, secularização, racionalidade) abre variantes que reconstroem a ordem tradicional, ou a exacerbam, como nos chamados "movimentos messiânicos" e nos milenarismos. Outras vezes, e pelo engajamento *no turpe lucrum* que se consegue realizar estratégias voltadas para o valor aristotélico do trabalho honrado…

A segunda questão é sobre a atuação da gestão municipal em relação a execução do PNAE. Para os gestores, Remígio é um exemplo e tem servido de modelo para os demais municípios do Território. Esse discurso também é reproduzido pelos agricultores, como mostra a fala do agricultor Francisco que diz: "*no município há uma democracia em relação ao processo".* Além disso, ele relata que, "*no PNAE estadual, é tudo no envelope fechado, se faltar documento e o agricultor não entregar na data, perde a chamada*". Continua, "*cada um deve honrar os compromissos para não atrapalhar o processo. É uma honra participar do PNAE*", afirmou.

Diante do exposto, concluímos que apesar de ser um avanço, as reuniões de avaliação, que denominamos de "décimo primeiro passo" estão muito aquém do seu objetivo que é solucionar os entraves das compras do PNAE no município, pois os mesmos problemas se repetem ano a ano. Além do mais, embora sejam aparentemente participativas, essas reuniões evidenciam um certo autoritarismo da gestão municipal, que em meio a autoelogios sobre seu desempenho na execução dos 30% do PNAE, sempre responsabiliza os camponeses sobre os eventuais problemas.

Ao longo da pesquisa e da participação em algumas reuniões no Território da Borborema, observamos que os discursos em relação à execução do Programa no município são bastante positivos. Existe um discurso entre as organizações, gestores municipais e os diversos atores do Território da Borborema que Remígio é um exemplo para os demais municípios, pois cumpre a Lei 11.947 que se refere aos 30% de compra de alimentos da agricultura familiar. Mas afinal, qual é a situação do município em relação ao cumprimento da Lei?

Diferente dos discursos de alguns atores do município e do território, o que se observa é um desempenho negativo nas compras governamentais. A prefeitura só conseguiu alcançar o percentual dos 30% nos anos de 2013 e 2015, e no ano da pesquisa (2017), o município não conseguiu atingir o mínimo de 30% exigido por lei conforme mostra abaixo a tabela 2.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 54 a 79 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Tabela 2: Dados PNAE em Remígio – PB.

Ano	Valores transferidos	Compras da agricultura familiar	Percentual
2011	190.680,00	44.234,80	23,20%
2012	272.856,00	37.584,50	13,77%
2013	**268.788,00**	**92.477,65**	**34,41%**
2014	298.344,00	75.828,10	25,42%
2015	**351.960,00**	**134.459,50**	**38,20%**
2016	502.226,83	123.719,00	24,63%
2017	355.055,20	85.944,55	24,21%

Fontes: EMATER-PB (2018); FNDE (2019).

Esse dado de 2013 pode estar relacionado à chegada do novo ator, a Casa da Merenda. Embora a organização venha se destacando quanto ao seu papel de articulador e mobilizador junto aos agricultores, ainda existe uma grande dificuldade na operacionalização do Programa. Esses entraves foram apontados anteriormente nas reuniões de avaliação (muita burocracia, falta de produtos, valores pagos muito baixos) podem ser um dos motivos para que outros agricultores não queiram vender ao PNAE. Além disso, a falta do profissional de nutrição pode ser um dos grandes empecilhos para que o Programa se efetive, pois nas chamadas de 2017 e 2018, não existiam muitas variedades de produtos *in natura*. A falta de estrutura é outro problema relatado pelo representante da EEx que impede que novos itens sejam adquiridos pelo Programa. Durante a pesquisa, observamos que os camponeses até oferecem outros produtos (frutas principalmente), porém, como as escolas não dispõem de estrutura de armazenamento adequada, o resultado pode ser observado na própria chamada pública onde a prefeitura compra menos produtos frescos e mais processados.

Diante disso, acreditamos que tanto a chamada pública quanto o cardápio, são elaborados em função da falta de estrutura nas escolas do município para armazenar os produtos (principalmente, os *in natura*). Essas dificuldades que se apresentam na execução do Programa não ocorrem apenas em Remígio. Tratam-se de entraves de nível nacional. Várias pesquisas sobre o PNAE têm demonstrado problemas na sua operacionalização e na dificuldade que muitos agricultores enfrentam para acessar ou continuar nesse tipo de mercado, pois a nova forma de aquisição pública impõe aos agricultores a necessidade de se adequarem às exigências do Programa. No caso do município de Remígio, os problemas recorrentes são: de ordem burocrática, como a dificuldade de emissão da nota fiscal por parte dos agricultores; de baixa capacidade institucional, como poucas nutricionistas, carência em relação à assistência técnica; problemas organizacionais, como pouca participação do Conselho de Alimentação Escolar - CAE.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 54 a 79 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Nesse sentido, algumas dificuldades vão surgindo no decorrer do processo, tais como: a burocracia no processo de venda e de logística tornando difícil a efetivação do contrato entre os agricultores e o Poder Público, levando a desistir de vender para o Programa (PAULI, SCHULZ e ZAJONZ, 2016; TRICHES, 2015); estruturais, pois a maioria das escolas não possuem infraestrutura para armazenar toda a produção adquirida para a merenda escolar limitando a aquisição de gêneros alimentícios *in natura* (LOPES, 2017; OLIVEIRA, 2016); poucas ou total ausência do profissional de nutrição tem sido outro entrave do PNAE. A ausência deste profissional acaba comprometendo um dos principais objetivos do Programa que está relacionada à questão nutricional dos alunos (LOPES, 2017); a extensão rural que tem atuado mais na mobilização dos agricultores do que nos sistemas produtivos (BALEM, FIALHO e SILVA, 2016); por fim, a má vontade política em adotar medidas que venham a solucionar problemas na execução do Programa (CANIELLO, CANIELLO e MELO, 2016).

Considerações finais

Devido à sua complexidade, o PNAE exige um processo de mediação e cooperação, pois se trata de uma política intersetorial que está conectada a outras políticas como as de educação, de saúde e agricultura e, consequentemente, traz para a arena atores com ideias diferenciadas. Um dos objetivos do Programa é provocar nos atores a consciência de construção de novas ideias em torno de um projeto coletivo. Embora haja diversos problemas no decorrer da execução do Programa, a maioria dos atores buscam a partir de suas capacidades e do seu capital social (PUTNAM, 2006), criar estratégias para melhor a efetividade do Programa. A criação da Casa da Merenda, a reunião de avaliação, o processo de negociação dos preços dos produtos, a criação dos grupos de mulheres, podem ser entendidas como respostas dos atores às diretrizes do PNAE, ultrapassando os seus limites procedimentais. Desta forma, os atores não buscam modificar o Programa, mas acrescentar novas ações que visem a efetividade dele.

Referências

ARANHA, Adriana Veiga. Fome zero: **Um projeto transformado em estratégia de governo. In: Fome Zero**: A experiência brasileira. Organizadores: José Graziano da Silva; Mauro Eduardo Del Grossi e Caio Galvão de França. MDA. Brasília, 2010.

BALEM, T. A. O programa de alimentação escolar brasileiro e a narrativa dos alimentos: convergencias e desafios. 262 f. **Tese** (Doutorado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

BALEM, Tatiana; FIALHO, Marco A. V.; SILVA, Isabel C. L. da. O papel da extensão rural na construção do mercado institucional da alimentação escolar no Brasil. **Raízes**: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, Vol. 36, Nº 02, jul-dez, 2016, p. 131-145.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

BARBOT, Janine. Conduzir uma entrevista de face a face. *In*: **A pesquisa sociológica**. Serge Paugam. Petropólis, RJ. Editora Vozes, 2015, p. 102-123.

BELIK, Walter; FORNAZIER, Armando. P**olíticas Públicas e a construção de novos mercados para a agricultura familiar**: analisando o caso da alimentação escolar no município de São Paulo. Vol. 36, Nº 02, jul-dez, 2016.

BRASIL. **Fome Zero**: A experiência brasileira. Organizadores: José Graziano da Silva; Mauro Eduardo Del Grossi e Caio Galvão de França. MDA. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Aquisição de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar**. 2º Edição. Organizadores (FNDE): Renata Mainenti Gomes e Sara Regina Souto Lopes. Brasília. 2016.

CANIELLO, Márcio, PIRAUX, Marc, BASTOS, Valério. “Identidade e participação social na gestão do Programa Territórios da Cidadania: um estudo comparativo”. **Estudos Sociedade e Agricultura,** v. 21, n.1, Rio de Janeiro, 2013a.

CANIELLO, Márcio; PIRAUX, Marc; BASTOS, Valério. Ideias e Práticas na Gestão Social dos Territórios da Cidadania. O caso do Território da Borborema, Paraíba. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 19-40, jul/dez 2013b.

CANIELLO, Márcio. Identidade e qualidade de vida nos Territórios da Cidadania. **Sociologias**, v. 18, n. 43, Porto Alegre, 2016.

CANIELLO, Márcio; CANIELLO, Nina Torales; MELO, Wendell José de Lima. As compras governamentais de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar no Território do Seridó Paraibano. **Raízes**: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, Vol. 36, Nº 02, jul-dez, 2016.

CANIELLO, Márcio; SCHNEIDER, Sergio; PAULI, Inês Paetzhold Pauli; DANNY, Hunter. Apresentação. **Raízes**: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, Vol. 36, Nº 02, jul-dez, 2016.

CHAVES, Gilvando Rodrigues. Análise Socioeconômica e Cultural da Feira Livre do Município de Remígio-PB. **Monografia** (Graduação). Curso de Licenciatura Plena em Geografia. CEDUD/ UEPB. Campina Grande-PB, 2011.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à Antropologia Social / Roberto DaMatta - Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

DAROLT, Moacir R., LAMINE, Claire; BRANDEMBURG, Alfio. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiros e francês. **Revista Agriculturas**. v. 10, n. 2, jun. 2013. Disponível em:<>. http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Revista-Agriculturas-V10N2-Artigo-1.pdfAcesso em: 24 mai. 2022.

DENZIN, Norman K. LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**. Porto: Amazon, 2006.

FLIGSTEIN, Neil. Habilidade social e a teoria dos campos. *RAE*. Vol 47, n.2, p.61-80, 2007.

FÓRUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR (2001), **Declaração Final: Pelo direito dos povos a produzir, alimentar-se e a exercer sua soberania alimentar,** Havana, Cuba. Disponível em http://neaepr.blogspot.com/2010/01/conceito-de-soberania-alimenta.html. Consultado em: 24 mai. 2022.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

GARCIA, Marie France. **O segundo sexo do comércio**: CAMPONESAS E NEGÓCIO NO NORDESTE DO BRASIL. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.7, n.19, Rio de Janeiro. Jun.1992.

GREGOLIN, Marcos Roberto Pires; SANTOS, Cristina Sturmer dos; FELIPPINI, Marcia Luiza; MATEUS, Milena Aparecida Ferrari; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. Pontencialidades e fragilidades do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no Território Cantuquiriguaçu (PR). **Revista Conexão UEPG**. Ponta Grossa, v. 13 n.3 – set./dez. 2017.

GRISA, Catia; SCHMITT, Claudia Job; MATTEI, Lauro Francisco; MALUF, Renato Sergio; LEITE, Sergio Pereira. Contribuições do Programa de aquisições de alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Agriculturas**, V. 8, n. 3, setembro, 2011.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para agricultura familiar e formas de integração entre sociedade e Estado no Brasil. **RESR**, Piracicaba-SP, vol. 52, Supl. 1, S125-S146, 2014 – Impressa em Fevereiro de 2015.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: **Dicionário crítico do feminismo**. Organizadoras Helena Hirata, Françoise Laborie, Hélène Le Doaré e Danièle Senotier. São Paulo: Editora UNESP, p. 67-75, 2009.

LONG, Norman e PLOEG, Jan Douwe van der. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. *In*: SCHNEIDER, Sergio [e] GAZOLLA, Marcio (Orgs.). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais.** – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

LOPES, Bruno de Jesus. Análise da implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE a partir de instrumento de avaliação de políticas e fiscalização de Programas Governamentais. **Tese** (doutorado) – Universidade Federal de Viçosa, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. 2017.

OLIVEIRA, Adriana Lucinda. O processo de empoderamento de mulheres trabalhadoras em empreendimentos de economia solidária. **Dissertação** (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

OLIVEIRA, Rosimaire Valente. O Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma análise de sua implementação nas escolas da rede estadual de ensino de Manaus. **Dissertação** (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

PAULI, Rita Inês Paetzhold; SHULZ, Jéferson Réus da Silva; ZAJONZ, Bruna Tadielo. Aportes institucionais na implementação do programa nacional de alimentação escolar nas escolas estaduais do município de Santa Maria – RS. **Raízes**: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, Vol. 36, Nº 02, jul-dez, 2016.

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Revista Ciências e Saúde Coletiva**, 18(4): 909-916, 2013.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade era da globalização / Jan Douwe van der Ploeg; tradução Rita Pereira. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia**: a experiência na Itália moderna. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. 5º edição. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. 3ª Edição – São Paulo: Atlas, 1999.

SILVEIRA, Fernando Gaiger; ARRUDA, Pedro; VIEIRA, Izabelle; BATTESTIN, Simone; CAMPOS, Áquila Estevão; SILVA, Wesley. Po**líticas Públicas para o desenvolvimento rural e de combate à pobreza no campo**. Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG). Brasília, 2016.

SOUZA, Rony Willams Frutuoso de. Camponeses e políticas públicas: o programa de aquisição de alimentos (PAA) no Território da Borborema – PB. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2019.

TRICHES, Rozane Márcia; SCHNEIDER, Sergio. Reconstruindo o “Elo perdido”: a reconexão da produção e consumo de alimentos através do Programa de Alimentação Escolar no município de Dois Irmãos (RS). **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, 17(1): 1-15, 2010.

TRICHES, Rozane Márcia; Repensando o mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o desenvolvimento rural. *In*: **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**/ Organizadores Catia Grisa [e] Sergio Schneider. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Agricultura familiar e campesinato**: rupturas e continuidades. Rio de Janeiro, Estudos Sociedade e Agricultura, n. 21, outubro de 2003.

WOORTMANN, Klaas. “‘Com parente não se neguceia’: o campesinato como ordem moral”, in **Anuário Antropológico 87**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, Editora da UnB, 1990.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil